

# Estratégias Estéticas e Justiça de Transição na Colômbia

## *Aesthetic Strategies and Transitional Justice in Colombia*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v13i29.57055>

**Barbara Manguiera do Nascimento**

Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0002-5336-2481>

[barbara.nascimento@unb.br](mailto:barbara.nascimento@unb.br)

## Resumo

Esse artigo visa analisar as particularidades do processo de Justiça de Transição na Colômbia, após décadas de conflito armado no país, a partir da observação das estratégias estéticas e visuais implementadas pela sociedade e instituições envolvidas no processo. O argumento do artigo é que, por meio de uma série de esforços nesse sentido, os mecanismos de memória, justiça e construção de paz na Colômbia inovaram o vocabulário do campo da justiça de transição e realizaram uma renovação das políticas de imagem do conflito armado, justamente por meio do entrelaçamento destas com as políticas de memória.

## Palavras-chave

Conflito armado colombiano; políticas de memória; políticas de imagem; justiça de transição

## Abstract

This article aims to analyze the particularities of the Transitional Justice process in Colombia, after decades of armed conflict in the country, based on the observation of the aesthetic and visual strategies implemented by society and institutions involved in the process. The article argues that, through a series of efforts in this sense, the mechanisms of memory, justice and peacebuilding in Colombia have innovated the vocabulary of the field of transitional justice and renewed the image policies of the armed conflict, precisely through the intertwining of these with memory policies.

## Keywords

Colombian armed conflict; memory policies; image policies; transitional justice

O conflito armado colombiano, ainda em curso no país, já ocorre há várias décadas. Se levadas em consideração as continuidades com o período anterior, denominado *La Violencia*<sup>1</sup>, desde os anos 1940 há uma longa prática de disputa política por meio das armas. O conflito por vezes é caracterizado como uma guerra prolongada e degradada<sup>2</sup>, por outras como uma guerra civil<sup>3</sup> ou como um conflito que abarca diversos conflitos simultâneos, de naturezas distintas<sup>4</sup>. Uma das características marcantes, além da longa duração, é a quantidade de atores armados envolvidos: além do próprio Estado, há guerrilhas, grupos paramilitares e o narcotráfico. Em termos de impactos na vida da população colombiana, os números são exorbitantes: mais de 200.000 vítimas fatais, mais de 80.000 desaparecidos, além de inúmeros outros impactados por diversas modalidades de violência, que muitas vezes ocorrem de maneira conjugada.<sup>5</sup>

Este artigo tem por objetivo compreender o lugar da produção artística como parte das tentativas mais recentes de resolução do conflito (marcadas por mecanismos que geralmente são associados às formas de Justiça de Transição), como uma estratégia de construção de paz e memória. Consideramos que esses diálogos fazem parte de uma estratégia de inserção social mais ampla das discussões realizadas entre o Estado e os grupos armados em negociação, bem como dos trabalhos das Comissões criadas para a investigação das origens, razões de perpetuação e memória do conflito. Essa estratégia é, como buscaremos argumentar, uma forma de reorientar as políticas de imagem do conflito, esforço que contribui para uma inovação em relação às tentativas anteriores de negociação e construção de paz na própria Colômbia. Apesar de não ser a ênfase desse artigo, é também possível afirmar que essa inovação se dá em relação a outras experiências de Justiça de Transição na América Latina. Como escreve Maria Paula Araujo, ao caracterizar os trabalhos da Comissão da Verdade colombiana,

---

<sup>1</sup>Período marcado pelo conflito armado entre os partidos Conservador e Liberal, realizado sobretudo nas áreas rurais do país. A periodização de *La Violencia*, assim como ocorre com o conflito contemporâneo, muda de acordo com os marcos interpretativos escolhidos pelos historiadores. De um modo geral, é considerado um marco importante o assassinato do político liberal Jorge Eliécer Gaitán, em 1948, episódio que desencadeou uma onda de violência na capital do país conhecida como El Bogotazo.

<sup>2</sup>CNMH, *¡Basta ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad*. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

<sup>3</sup>VILLAMIZAR, Juan Carlos. Elementos para periodizar la violencia en Colombia: dimensiones causales e interpretaciones historiográficas. *Ciencia política*, 13 (25), p. 173-198, 2018.

<sup>4</sup>PÉCAUT, Daniel. *Las FARC: fuentes de su longevidad y de la conservación de su cohesión*. *Análisis Político*. vol. 21, n. 63, 2008.

<sup>5</sup>O Observatorio de Memoria y Conflicto, ligado ao Centro Nacional de Memoria Histórica (CNMH), realiza levantamentos periódicos de dados relativos ao período de 1944 ao tempo presente. É possível acessar esse material em: <https://micrositios.centrodememoriahistorica.gov.co/observatorio/>

Mais do que em qualquer outro país da América Latina houve um enorme empenho não apenas na coleta dos depoimentos, mas também na sua divulgação, na valorização destes depoimentos e no desdobramento desses relatos em diferentes formas de divulgação. Além da publicação de numerosos Informes e Relatórios, houve a preocupação de que as narrativas circulassem amplamente em vídeos, fotografias e, até mesmo, histórias em quadrinhos.<sup>6</sup>

Com o objetivo de compreender a diferença entre as estratégias recentes de Justiça de Transição e as iniciativas de construção de paz na Colômbia anteriores a essas transformações, apresentamos, na primeira parte do artigo, um balanço das principais tentativas de negociação entre os diversos governos colombianos e os também diversos grupos armados. Paralela a essa narrativa, buscaremos sinalizar questões relacionadas à construção das imagens do conflito, para que seja possível compreender a importância da dimensão visual tanto para perpetuação da violência, quanto para uma reflexão crítica e combativa ao longo dos anos analisados. Em alguns momentos do conflito, as imagens foram utilizadas como parte das estratégias dos múltiplos atores, inseridas em relações mais amplas de poder, violência e resistência. Em um determinado momento, sobretudo entre as décadas de 1980 e 1990, também passaram a compor as reflexões sobre os processos de construção de memórias, sobretudo no campo das artes visuais. Contudo, ainda que seja possível estabelecer essa relação ao longo do conflito, há uma mudança significativa nos anos apontados como marco das transformações nas políticas de memória e resolução do conflito (do início século XXI, sobretudo a partir da segunda década, ao tempo presente). Desta forma, na segunda parte do artigo, pretende-se sinalizar como as transformações das políticas de memória influenciaram e foram influenciadas também pela reelaboração das políticas de imagem.

Esse período de transformação corresponde ao momento em que são introduzidas discussões características de modelos de Justiça de Transição no país. A elaboração de marcos judiciais alternativos, característica dessa forma de justiça, dá ênfase na discussão sobre a memória, justiça e reparação em relação às vítimas do conflito, convidando-as a participar do processo de reflexão e, inclusive, dos mecanismos institucionais em questão<sup>7</sup>. Essa discussão

---

6 ARAUJO, Maria Paula. Colômbia: memórias femininas de uma longa guerra. In: ARAUJO, M. P.; ARAUJO, R.; PIMENTEL, I. (orgs.). *História Política da América do Sul nos séculos XX e XXI*. Rio de Janeiro: Autografia, 2024, p. 320.

7 AGUDELO, Marvin; BEDOYA, Francisco. Justicia transicional: noción de la justicia en la transición colombiana. *Opinión Jurídica*, Medellín, vol. 16, n. 32, p. 245-266, jul-dez 2017.

não aparecia, ou aparecia de forma precária, nos processos tocados durante o século XX no país. Geralmente, convencionou-se marcar uma mudança nessa postura com a criação da Lei 975 de 2005, conhecida como *Ley de Justicia y Paz*<sup>8</sup>. Diversas iniciativas das primeiras décadas do nosso século, que estão sintonizadas com a centralidade dos afetados no processo de construção de paz, mesclam o trabalho de escuta dos depoimentos com a produção de atividades artísticas no trabalho de construção de memória. Esse esforço é realizado tanto por instituições oficiais ligadas ao Estado, quanto por grupos locais e autônomos. Desta forma, as práticas de Justiça de Transição no país, além de focar na superação efetiva do conflito, na busca por esclarecimento e atribuição de responsabilidades, promove também a construção de uma dimensão visual que contribui com a reelaboração de um campo imagético marcado durante décadas por imagens de violência.

Na segunda parte do artigo, será dada especial ênfase a dois aspectos: em primeiro lugar, a determinação, no próprio texto do Acordo de Paz assinado entre o governo colombiano e as FARC-EP em 2016, o *Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera*, de construção de três monumentos a partir das armas deixadas pela guerrilha; em segundo lugar, o intenso trabalho impulsionado pela Comissão da Verdade colombiana, criada a partir das deliberações do acordo acima mencionado, denominada *Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición*, de realização de trabalhos artísticos e projetos culturais em parceria com artistas e com diversas comunidades. O argumento deste artigo é que essas iniciativas marcam um esforço amplo de renovação de um campo de políticas de imagem do conflito, por meio do entrelaçamento com as políticas de memória.<sup>9</sup>

## Um breve histórico das iniciativas de negociação de paz

---

8APONTE-CARDONA, Alejandro. Colombia: un caso sui generis en el marco de la Justicia de Transición. *Law: Revista Colombiana de Derecho Internacional*. Bogotá, nº 12, p. 395-433, 2008.

9É possível argumentar, como fazem Jordana Blejmar, Natalia Fortuny e Luis García, que entrelaçamento entre políticas de imagem e memória é um fenômeno contemporâneo, percebido também em outros países. BLEJMAR, J.; FORTUNY, N.; GARCÍA, L.I. *Instantáneas de la memoria: fotografía y dictadura en Argentina y América Latina*. Buenos Aires: Librería, 2013.

A relação entre a produção e circulação de imagens e a violência política na Colômbia se deu, por um longo período, a partir das estratégias do choque e da violência visual, seja da parte dos próprios perpetradores ou das reações críticas a essas práticas. No período conhecido como *La Violencia* (ver nota 1), os vestígios visuais e as imagens dos massacres, por vezes na forma de relatos, circulavam pelas comunidades rurais como forma de controle e chegavam aos centros urbanos suscitando diversas reações. É possível afirmar que houve, nesse período, alguns pontos de contato entre os esforços de resolução dos conflitos e as iniciativas de leituras críticas dessas imagens. De forma geral isso se deu pela exposição de imagens explícitas de violência, como forma de denúncia. Há dois exemplos, que podem estar conectados: os trabalhos da *Comisión Nacional Investigadora de las Causas y Situaciones Presentes de la Violencia en el Territorio Nacional* (1958) e a presença recorrente da temática em um grupo de pintores de Bogotá e Medellín, entre o final dos anos 1940 e início da década de 1960.

A forma que prevaleceu por décadas na Colômbia para a negociação com grupos armados fora da legalidade era, desde o século XIX, a concessão de anistias<sup>10</sup>. Por exemplo, as negociações empreendidas pelo governo do general Gustavo Rojas Pinilla (1953-57) com os grupos armados ocorreu, sobretudo, pela oferta de anistia para os grupos que deixassem as armas. As guerrilhas liberais, de um modo geral, seguiram essa orientação, em um contexto em que as divisões políticas dos grupos se intensificava. Estas passaram também a oferecer auxílio ao governo na perseguição dos grupos comunistas que, de um modo geral, retornaram a uma condição de grupos de autodefesa camponesa, freando, assim, o caráter ofensivo que marcava a organização de tipo guerrilheira, mas recusando-se à desmobilização total e entrega das armas.

Após a queda do general Rojas Pinilla, a junta militar responsável por organizar a transição do governo criou, em 1958, a *Comisión Nacional Investigadora de las Causas y Situaciones Presentes de la Violencia en el Territorio Nacional*, conhecida também, simplesmente, como *La Investigadora*. Os trabalhos dessa comissão visavam a investigação das causas e consequências da violência na Colômbia, mas também objetivava a negociação com os grupos armados. Darío Villamizar descreve que o trabalho do grupo durou oito meses, em um trajeto que cobriu quase todo território nacional. Segundo o autor, os comis-

---

<sup>10</sup>SÁNCHEZ, Gonzalo. *Caminos de guerra, utopías de paz* (Colômbia: 1948-2020). Bogotá: Editorial Planeta Colombiana, 2021.

sionados teriam realizado cerca de 20.000 entrevistas com a população e teriam assinado 52 acordos de paz<sup>11</sup>. A comissão não produziu um relatório formal impresso e os resultados foram comunicados verbalmente ao então presidente da República no contexto de finalização dos trabalhos, Alberto Lleras Camargo. Posteriormente, o trabalho resultou na publicação do livro *La Violencia en Colombia: Estudio de un proceso social*, em 1962, escrito por Germán Guzmán Campos, Orlando Fals Borda e Eduardo Umaña Luna.<sup>12</sup>

O livro foi em parte elaborado a partir dos relatos coletados pela comissão. Aqui, um aspecto importante é o papel das imagens nessa publicação. Foram anexadas ao relato diversas fotografias de cenas de violência extrema. Vale ressaltar que essa publicação fez circular também nos centros urbanos imagens de uma violência predominantemente rural. Segundo a historiadora da arte Malagón-Kurka, essas imagens contribuíram com a escolha de muitos artistas plásticos por uma estética também marcada pela violência e a expressividade do sofrimento.<sup>13</sup> Dentre esses artistas, é possível mencionar Alejandro Obregón, Alipio Jaramillo, Luis Ángel Rengifo e Débora Arango.<sup>14</sup>

Por outro lado, também a circulação de narrativas orais fundamentavam uma dimensão imagética de violência extrema. O artista plástico contemporâneo Juan Manuel Echavarría comenta como algumas de suas obras mais recentes, como a série de fotografias *Corte de Florero*, partem desses relatos que o artista ouvia em sua infância nos anos 1950<sup>15</sup>. Podemos observar, em relação a esse contexto, duas dimensões distintas em termos de objetivos políticos da circulação de imagens: uma, como tática de conflito (os relatos que fundamentavam um imaginário que exercia o controle pelo medo) e outra como tática de denúncia (as fotografias no livro resultante do trabalho da Comissão, mas também a produção artística em sintonia com essa estética da violência). Ainda assim, é possível compreender que as imagens tangenciavam essas iniciativas de construção de paz, mas não eram mobilizadas como parte central desses esforços.

---

<sup>11</sup>VILLAMIZAR, Darío. *Las Guerrillas en Colombia: una historia desde los orígenes hasta los confines*. Bogotá: Penguin Random House Grupo Editorial, 2017.

<sup>12</sup>BORDA, Orlando Fals; CAMPOS, Germán Guzmán; LUNA, Eduardo Umaña. *La Violencia en Colombia: Estudio de un proceso social*. Bogotá: Ediciones Tercer Mundo, 1962.

<sup>13</sup>MALAGÓN-KURKA, María Margarita. Dos lenguajes contrastantes en el arte colombiano: nueva figuración e indexicalidad, en el contexto de la problemática sociopolítica de las décadas de 1960 y 1980. *Revista de Estudios Sociales*, v. 31, dez. 2008.

<sup>14</sup>SCHUSTER, Sven. Arte y violencia: la obra de Débora Arango como lugar de memoria. *Revista de Estudios Colombianos*, n. 37-38, p. 35-40. 2011.

<sup>15</sup>ECHAVARRÍA, Juan Manuel. Juan Manuel Echavarría en Nombrar lo innombrable: conversaciones sobre arte y verdad. Comisión de la Verdad, 2020 (59min).

Ainda no final da década de 1950, um Decreto Legislativo (0328 de 28 de novembro de 1958) concedeu mais anistias a combatentes. Ainda que muitos insurgentes tenham aceitado iniciar as negociações, havia, segundo Daniel Pécaut, excessiva desconfiança do campesinato em relação ao Estado e às elites (que teriam se aproveitado da desmobilização dos grupos armados para também dismantelar organizações sociais), o que desencadeou em uma reflexão sobre os limites desse modelo de negociação, pois não significava um avanço efetivo na questão da desigualdade agrária e de repartição de terras no país<sup>16</sup>. Contudo, de um modo geral, essa foi a política de negociação dominante nas décadas seguintes, de 1960 e 1970. Vale destacar que essas foram as décadas de surgimento de guerrilhas características na nova fase do conflito: nos anos 1960 são formadas as *Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia* (FARC), o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) e o *Ejército Popular de Liberación* (EPL) e, na década de 1970, o *Movimiento 19 de Abril* (M-19), dentre outras.

A década de 1980 foi um contexto em que começaram a despontar tendências distintas das anteriores. O governo de Julio César Turbay Ayala, que durou de 1978 a 1982, foi marcadamente repressivo em relação aos grupos insurgentes, sobretudo pela criação do *Estatuto de Seguridad*, elaborado no primeiro ano de mandato, sob pressão de setores militares, intensificando a Doutrina de Segurança Nacional no país. O Estatuto reforçava os mecanismos de perseguição às oposições políticas e previa, inclusive, o julgamento de civis por militares e o aumento de penas<sup>17</sup>. Por outro lado, seguia em prática o modelo de negociação por meio de concessão de anistias, como foi o caso da Lei 37 de 1981 e o Decreto 474 de 1982. Da parte dos grupos guerrilheiros, Villamizar observa que começou a circular com maior intensidade a possibilidade de negociação como saída para o conflito em curso.<sup>18</sup> Como exemplo, é possível mencionar o esforço da guerrilha *Movimiento 19 de Abril* (M-19) para protagonizar a pauta, ainda que seguisse implementando táticas de guerrilha marcadamente ousadas e espetacularizadas<sup>19</sup>. As eleições presidenciais que defi-

---

<sup>16</sup>PÉCAUT, 2008.

<sup>17</sup>CNMH, 2013.

<sup>18</sup>VILLAMIZAR, 2017.

<sup>19</sup>Para a história da guerrilha e suas ações, ver: VILLAMIZAR, Darío. *Aquel 19 Será: Una historia del M-19, de sus hombres y sus gestas, un relato entre la guerra, la negociación y la paz*. Santafé de Bogotá: Planeta, 1995; JAIMES, Ginneth Esmeralda Narváez. *La Guerra Revolucionaria del M-19 (1974 – 1989)*. 223p. Dissertação de Mestrado. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2012; VIANNA, Rodrigo Brito. *A democracia e as armas – a trajetória do grupo guerrilheiro colombiano M-19*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2015.



niriam o sucessor de Ayala, em 1982, foram marcadas pelo tema da construção de uma paz negociada. Foi eleito Belisario Betancur que, mesmo em divergência com sua filiação política (o Partido Conservador), centrou sua campanha no tema da paz, apresentando a proposta de construção de mesas de diálogos com as diversas guerrilhas do país.<sup>20</sup>

Segundo o informe *¡Basta ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad*, realizado pelo Grupo de Memoria Historica (posteriormente desdobrado no Centro de Memoria Historica) em 2013, o governo de Betancur alterou a política oficial colombiana diante dos atores armados por meio da criação da Ley 35 de Amnistía (Lei 35 de 1982), pois a partir dessa lei passou a haver um certo reconhecimento político dos grupos<sup>21</sup>. Após esse ato, iniciaram-se os diálogos com alguns grupos guerrilheiros. Dentre os episódios do conflito ocorridos durante esse governo, um deles é pertinente para as questões analisadas neste artigo: o cerco ao Palácio de Justiça de Bogotá em 1985. Em meio a idas e vindas das negociações de paz entre o governo e a guerrilha M-19, edifício foi tomado pelos guerrilheiros, ato seguido por intenso confronto com o exército e polícia da Colômbia, resultando na morte de diversos magistrados da instituição, além de inúmeros trabalhadores, visitantes e os próprios guerrilheiros envolvidos na ação. A ação levou ao rompimento do processo de paz.

Em termos de imagem, é possível abordar esse episódio a partir de inúmeros aspectos. Em primeiro lugar, destaca-se a grande visibilidade, por ter ocorrido no centro político do país. Além de atingir a instituição de justiça mais importante do país, foi um acontecimento que durou 28 horas perto de outros edifícios importantes do governo, na Plaza de Bolívar em Bogotá. Ainda que a orientação oficial do Ministério de Comunicações tenha sido de controle da disseminação de notícias e imagens do ocorrido, as horas do cerco foram intensamente acompanhadas pela imprensa. As imagens dos tanques do exército adentrando o edifício pela entrada principal ou das chamas que consumiram parte dos terceiro e quarto andares marcaram a sociedade do período, como uma imagem da fragilidade institucional (e, mais especificamente, da justiça) colombiana diante do conflito. Diversos artistas elabora-

---

<sup>20</sup>BERRÍO, María Jimena. Los embates por la paz: historia de los diálogos de paz durante el gobierno de Belisario Betancur con los grupos guerrilleros, Colombia. Forum. Revista Departamento Ciencia Política. n.10-11, jun. 2017.

<sup>21</sup>CNMH, 2013.

ram trabalhos em relação ao ocorrido, como Doris Salcedo e Beatriz González. Também houve intensa produção literária e audiovisual nos anos seguintes.

Contudo, um aspecto em particular perturba o alcance dessa visibilidade. Apesar da centralidade e cobertura dos acontecimentos, além dos mortos no edifício há, ainda hoje, diversos desaparecidos. Além disso, há incertezas sobre as circunstâncias de algumas mortes, de indivíduos vistos fora do Palácio com vida, mas posteriormente encontrados mortos dentro do prédio. Nesse sentido, as inúmeras imagens de arquivo corroboram questionamentos sobre a atuação do Estado, reforçando o argumento de que algumas pessoas foram sequestradas para interrogatório e jamais retornaram.

Recentemente, em 2021, o grupo *Forensic Architecture* conseguiu avançar na investigação de algumas questões envolvendo o desaparecimento de pessoas, graças ao trabalho de conectar os inúmeros registros de imagens realizados nos dias 6 e 7 de novembro no local. Após a análise de cinquenta horas de imagens da imprensa sobre o evento, de centenas de depoimentos e dos arquivos do Procurador-Geral da Colômbia e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, esse trabalho resultou em uma reconstrução digital dos acontecimentos, indicando o uso de instalações militares e sua relação com os desaparecimentos.<sup>22</sup> Consideramos que esse trabalho foi possível, evidentemente, por meio do desenvolvimento de novas tecnologias digitais. Entretanto, também destacamos a importância de uma conjuntura mais favorável ao reconhecimento das responsabilidades do Estado nesses acontecimentos<sup>23</sup>. Além disso, a proposta do grupo também é fruto de uma crescente valorização das imagens no trabalho de reparação e memória, como buscamos argumentar neste artigo.

Voltando à década de 1980, outras tentativas de acordo de paz foram iniciadas. O governo de Betancur buscou negociar com as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia – Ejército del Pueblo* (FARC-EP), por meio de um processo que ficou conhecido como *Acuerdos de La Uribe*. Esse era, contudo, o contexto de reorganização e expansão dessa guerrilha. Segundo o CNMH, as mútuas acusações tornaram as negociações infrutíferas, situação que se agra-

---

<sup>22</sup>Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/enforced-disappearance-at-the-palacio-de-justicia> (acesso: 20/10/2025).

<sup>23</sup> Em novembro de 2015, o presidente da Colômbia Juan Manuel Santos reconheceu publicamente a responsabilidade do Estado, dando cumprimento à sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos do ano anterior.

vou após o assassinato em massa de militantes da recém-criada *Unión Patriótica*, partido político na legalidade que serviria de inserção das FARC na vida política do país. O crime, perpetrado por grupos paramilitares com envolvimento de setores do Estado, foi uma das razões do rompimento das negociações.<sup>24</sup>

No governo seguinte, do presidente Virgilio Barco Vargas (1986-1990), novos processos de acordo de paz foram iniciados. A agenda de negociações com o M-19, iniciada no final de 1988, levou à criação, em 1990, do partido político *Alianza Democrática M-19* (AD-M19), que chegou a compor a Constituinte responsável pela nova Constituição da Colômbia. Além de reincorporação dos ex-combatentes na vida civil, a política de paz desse governo, chamada de *Iniciativas para la Paz*, também previa mecanismos para estimular a convivência nos territórios e a preservação da vida.<sup>25</sup> Ainda nessa passagem da década de 1980 para os anos 1990, é fundamental observar o processo de construção da nova Constituição, acima mencionada. Fruto de mobilização social, a formação da Assembleia Constituinte concentrou expectativas acerca da pavimentação de um caminho para o estabelecimento de acordos de paz. A nova Constituição, promulgada em julho de 1991, contém mecanismos que objetivavam o fortalecimento da democracia participativa, a descentralização política e administrativa e a contenção do uso irrestrito de mecanismos de estado de exceção.<sup>26</sup> É relevante observar que essas duas décadas também correspondem ao período de transições latino-americanas, sobretudo dos países que passaram por ditaduras militares.

Em termos de produção de imagens do conflito, começa a aparecer, por parte de uma nova geração de artistas, uma postura mais distanciada da estética das imagens violentas que, entretanto, continuaram marcando a produção midiática desses anos. Em consonância com uma tendência mais ampla em termos globais, alguns artistas durante os anos 1980 em diante passam a enfatizar cada vez mais o tema da memória em seus trabalhos, como é o caso de Doris Salcedo, Oscar Muñoz e Juan Manuel Echavarría. Não há dúvidas de que essa era uma tendência da arte contemporânea do período, pois diversos artistas se voltavam para o trabalho com os arquivos, vestígios, depoimentos e etc. Contudo, no caso da Colômbia, isso coincide com a construção de novos caminhos para a resolução conflito, com maior ênfase na pos-

---

<sup>24</sup>CNMH, 2013.

<sup>25</sup>VILLAMIZAR, 2017.

<sup>26</sup>CNMH, 2013.

sibilidade de uma paz negociada. O olhar para memória, para o reconhecimento das vítimas e de alternativas não-violentas está presente tanto em iniciativas estatais, quanto na proposta de repensar a reflexão estética e visual do conflito. Contudo, no caso das políticas de Estado, essas iniciativas foram muito incipientes e insuficientes e não resultaram na resolução do conflito. Ocorreu, pelo contrário, uma escalada do conflito nos anos seguintes: o período de 1996 a 2005 é considerado pelo *Centro Nacional de Memoria Histórica* como o auge da violência no país.<sup>27</sup>

Em termos de avanço na desmobilização de grupos guerrilheiros, além do acordo entre o governo de Barco Vargas com o M-19, os seguintes grupos deixaram as armas nesse mesmo contexto: o *Movimiento Quintín Lame* e o *Partido Revolucionario de Trabajadores de Colombia* (PRT). No governo seguinte, foi a vez de uma das guerrilhas consideradas de “primeira geração”, o *Ejército Popular de Liberación* (EPL). Em relação aos demais grupos, não houve muito avanço nem no governo de Gaviria, nem no seguinte, do presidente Ernesto Samper (1994-1998). No governo de Andrés Pastrana (1998-2002) houve uma nova tentativa de negociação com as FARC-EP, processo que ficou conhecido como *Dialogos de paz en El Caguán*, iniciado em 1999. Mais uma vez, as negociações não avançaram satisfatoriamente. Em 1999, o governo de Andrés Pastrana havia acordado com o governo norte-americano, por meio do *Plan Colombia*, o apoio deste em termos militares e de inteligência. Por parte das FARC-EP, foram inúmeras ações armadas durante o contexto de negociação. Desta forma, o conflito atingiu outros patamares de violência, mesmo com o diálogo entre as partes em andamento, momento caracterizado pelo CNMH como um “jogo de interações violentas que ocasionou a erosão da legitimidade da saída política negociada e o consequente aprofundamento da guerra”.<sup>28</sup>

Os entraves para as negociações não eram provenientes apenas das partes em diálogo. Além da resistência de parte da sociedade civil, grupos paramilitares realizavam ações violentas com o objetivo de pressionar o governo contra a continuidade das negociações. Além disso, o *Plan Colombia* foi cada vez mais caracterizado como um plano de combate às guerrilhas, sobretudo após a reorientação internacional acerca do tema do terrorismo após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

---

<sup>27</sup> CNMH, 2013.

<sup>28</sup> CNMH, 2013, p. 165-166. Tradução nossa. Trecho original: “un juego de interacciones violentas que ocasionó la erosión de la legitimidad de la salida política negociada y la consiguiente profundización de la guerra”.

Os primeiros anos do século XXI foram então marcados pelo fracasso nas negociações com a maior guerrilha do país. Foi nesse contexto que foi eleito, em 2002, Álvaro Uribe, político que centrou sua campanha na promessa de endurecimento do combate aos grupos armados na ilegalidade. O CNMH caracteriza esse presidente como o responsável pela “maior ofensiva política, militar e jurídica contra as guerrilhas na história do conflito colombiano”.<sup>29</sup> Um aspecto central de sua política em relação a esses grupos era o não-reconhecimento do caráter político destes. Uribe declarou em 2005, ano anterior a sua reeleição, que não havia conflito armado na Colômbia, e sim um contexto de “ameaça terrorista”.<sup>30</sup> Um episódio que marcou a recusa em reconhecer o caráter político das guerrilhas foi a postura em relação ao sequestro de 12 deputados de Valle del Cauca, realizado pelas FARC-EP em 2002. Durante os cinco anos de cativeiro (que terminaram com a execução de onze dos deputados pela guerrilha e liberação do único sobrevivente), havia uma pressão social pela assinatura de um Acordo Humanitário para a liberação dos reféns. O governo, por recusar a possibilidade de negociar com a guerrilha como um ator político, não deu espaço a essa alternativa.<sup>31</sup>

Ainda em termos de políticas de negociação, foi também no governo de Uribe que foi criada a Lei 975 de 2005, conhecida como a *Ley de Justicia y Paz*, já mencionada na introdução deste artigo. O objetivo inicial era promover os meios de desmobilização e reincorporação civil de grupos paramilitares, com a possibilidade de ser desdobrada para a mesma finalidade em relação a outros grupos. Esta, que é considerada um marco na alteração da tônica da legislação sobre o conflito,

implicou em uma mudança importante no discurso do governo, que passou da rejeição absoluta do castigo penal e do silêncio total sobre os direitos das vítimas à admissão da importância de alcançar um equilíbrio entre as necessidades de paz e as exigências de justiça. No projeto de lei, essa transformação se traduziu no reconhecimento dos direitos das vítimas, na imposição de um castigo criminal muito indulgente (de no máximo oito e no mínimo cinco

---

<sup>29</sup>CNMH, 2013, p. 178, tradução nossa. Trecho original: “La mayor ofensiva política, militar y jurídica contra las guerrillas en la historia del conflicto colombiano”.

<sup>30</sup>CNMH. El caso de la Asamblea del Valle: tragedia y reconciliación. Bogotá: CNMH, 2018.

<sup>31</sup>CNMH, 2018.

anos, sem importar a quantidade e gravidade dos crimes) para os atores desmobilização que cometeram atrocidades, e na exigência de deveres mínimos na relação com a verdade e a reparação das vítimas.<sup>32</sup>

O processo de desmobilização dos paramilitares durante o governo Uribe foi, segundo o CNHM, um processo perpassado por polêmicas.<sup>33</sup> Outro marco importante para o direcionamento a um sentido de justiça mais preocupado com o esclarecimento e a reparação em relação às vítimas foi a criação, no mesmo ano, da *Comisión de la Verdad sobre los hechos del Palacio de Justicia*, por iniciativa da Corte Suprema de Justiça. Com o objetivo de investigar os acontecimentos da tomada e retomada do Palácio de Justiça em 1985, resultou na produção de um informe, cuja versão final é de 2010, considerando uma série de questões como conclusivas, ainda que não tivesse o objetivo de determinar responsabilidades individuais nem atribuições jurisdicionais.<sup>34</sup>

Na segunda década do século XXI, começa a haver um movimento recíproco de aproximação entre a produção artística acima mencionada e as políticas de memória, costurando um caminho conjunto para a renovação das estratégias de políticas de imagem do conflito, visando combater a estigmatização e os estereótipos que marcam os inúmeros sujeitos envolvidos, sobretudo as vítimas do conflito. Doris Salcedo, por exemplo, passa a realizar intervenções no espaço público para demandar o reconhecimento dos direitos das vítimas à memória e reparação. Ainda durante o governo de Uribe, a artista realiza duas intervenções na Plaza de Bolívar: *Noviembre 6 y 7* (2002), referente aos acontecimentos do Palácio de Justiça, e *Acción de Duelo* (2007), um ato de luto coletivo após a notícia do assassinato dos deputados de Valle del Cauca. Também Juan Manuel Echavarría passa a dar maior ênfase ao trabalho com

---

32SAFFON, María Paula; URPIMNY, Rodrigo. Usos y abusos de la Justicia Transicional en Colombia. *Anuario de Derechos Humanos*, p. 165-195, 2008, p. 172, tradução nossa. Trecho original: “Este nuevo proyecto de ley implicó un cambio importante en el discurso del gobierno, que pasó del rechazo absoluto del castigo penal y del silencio total sobre los derechos de las víctimas, a la admisión de la importancia de lograr un equilibrio entre las necesidades de paz y las exigencias de justicia. En el proyecto de ley, este cambio se tradujo en el reconocimiento de los derechos de las víctimas, en la imposición de un castigo criminal muy indulgente (de máximo ocho y mínimo cinco años, sin importar la cantidad y gravedad de los crímenes) para los actores desmovilizados que han cometido atrocidades, y en la exigencia de deberes mínimos en relación con la verdad y la reparación de las víctimas”.

33CNMH, 2013.

34GALLEGO, Jorge Aníbal Gómez; PINILLA, Nilson Pinilla; VERGARA, José Roberto Herrera. Informe final de la Comisión de la Verdad sobre los hechos del Palacio de Justicia. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2010.

as vítimas, realizando séries que têm um teor artístico e documental, como *La María* (2000) e *Bocas de Ceniza* (2003-2004).

## O governo de Juan Manuel Santos e avanços em uma proposta de Justiça de Transição

As parcerias institucionais entre essa produção visual e as políticas de memória fomentadas pelo Estado se concretizaram no governo de Juan Manuel Santos (2010-2018). Foi nesse contexto em que ocorreram avanços significativos em direção à formulação de mecanismos de Justiça de Transição. Sem abandonar a via de combate militar a esses grupos, alguns marcos em termos de negociação com os grupos armados e reparação de vítimas são importantes no primeiro mandato de Santos. O primeiro é a criação da Lei 1448 de 2011, conhecida como *Ley de Víctimas y Restitución de Tierras*. O outro foi a reabertura dos diálogos com as FARC-EP, em 2012, sob a justificativa de que uma solução militar já havia sido provada insuficiente<sup>35</sup>. A compreensão era de que seria necessária uma saída política para o conflito, e o governo de Santos reuniu esforços ao longo dos dois mandatos para concretizar a assinatura de um acordo de paz.

A *Ley de Víctimas y Restitución de Tierras* tinha como principal objetivo instituir as normas de reparação das vítimas do conflito. Uma das limitações da lei era considerar apenas as vítimas de violações sofridas desde 1985, pois aos que sofreram em decorrência de atos dos anos anteriores, a lei previa apenas uma reparação simbólica, além do direito à verdade e garantias de não repetição. Às vítimas de crimes pós-1985, além do reconhecimento do direito a essas mesmas questões, havia a previsão de restituições, indenizações e reabilitações. Um aspecto muito importante, já expresso no nome da lei, é a questão das terras. Esse, que é um problema presente nas raízes históricas do conflito, era agravado pela ação dos paramilitares, que responderam à criação da lei por meio de recrudesimento das ações armadas, sobretudo dirigidas contra lideranças do processo de restituição<sup>36</sup>. Sobre essa lei, escreve o historiador Gonzalo Sánchez:

A *Ley de Víctimas y Restitución de Tierras* foi uma incursão, incipiente está claro, pela larga e profunda porta das raízes sociais do conflito. Se antes havia

---

<sup>35</sup>CNMH, 2013.

<sup>36</sup>CNMH, 2013.

políticas para o tratamento ou incorporação dos atores armados na institucionalidade (anistias, tratados de paz, esquemas de desmobilização), agora há, sobretudo, políticas para os excluídos da ordem política; e políticas para quem padeceu todas as violências, quer dizer, para as vítimas, mais que para os guerreiros. Aquelas são as novas protagonistas na arena social e política, que chegam com seu memorial de queixas e sua voz reivindicativa a todos os exércitos, legais ou ilegais.<sup>37</sup>

Essa lei também previa a criação do *Grupo de Memoria Historica*, que inicialmente era parte da *Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación* (CNRR) e depois foi desdobrado no *Centro Nacional de Memoria Histórica* (CNMH). O Centro é uma importante instituição no país, devido ao intenso trabalho de pesquisa, coleta de depoimentos e dados relativos aos mais diversos aspectos do conflito. Merece destaque o informe *¡Basta ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad*, lançado em 2013 sob a coordenação de Martha Nubia Bello, pois pode ser considerado um marco teórico e metodológico para a produção de novos informes, devido ao intenso esforço de levantamento de dados, documentação e pelas contribuições de análises de uma equipe ampla e diversa, que contou com historiadores, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, jornalistas, economistas e fotógrafos. Há grande centralidade na questão das vítimas, incluindo um capítulo dedicado aos depoimentos coletados ao longo dos anos de elaboração do informe. Em termos de análise, o informe visava compor um relato que levasse em consideração as diferentes modalidades de violência, diferenças entre as fases do conflito (organizadas em quatro períodos), diferenças regionais e por grupos envolvidos. Também contou com a contribuição de instituições e organizações internacionais que têm como foco o tema da resolução de conflitos. Parte dos esforços governamentais de promoção de políticas de memória e verdade, o informe expressa um projeto político específico de resolução do conflito e construção de paz por meio de um capítulo inteiramente direcionado a recomendações de políticas públicas, propostas jurídicas e uma reflexão sobre os deveres das instituições nesse processo.

---

37SÁNCHEZ, 202, tradução nossa. Trecho original: “La Ley de Víctimas y Restitución de Tierras fue una incursión, incipiente claro está, por la puerta ancha y profunda en las raíces sociales del conflicto. Si antes había políticas para el tratamiento o incorporación de los actores armados a la institucionalidad (amnistías, tratados de paz, esquemas de desmovilización), ahora hay sobre todo políticas para los excluidos del orden político; y políticas para quienes han padecido todas las violencias, es decir, para las víctimas, más que para los guerreros. Aquellas son los nuevos protagonistas en la arena social y política, que llegan con su memorial de agravios y su voz de reclamo a todos los ejércitos, legales e ilegales”.



Em fevereiro de 2012 foram retomados os diálogos entre o Estado e as FARC-EP, durante um *Encuentro Exploratorio* na cidade de Havana. As negociações, que resultaram em seis pontos acordados e detalhados na *Agenda para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz estable y duradera*, foram um longo processo, segundo Jairo Estrada Álvarez, marcado por concessões mútuas<sup>38</sup>. Por um lado, o governo de Santos buscou centralizar as discussões no desarmamento das FARC-EP, com o objetivo de submetê-la à justiça comum. Segundo Álvarez, “a possibilidade de reforma pretendia ser postergada para a contenda política, sem afetação do poder e da dominação, nem do ‘modelo econômico’”.<sup>39</sup> Da outra parte, a guerrilha demandava o cessar fogo bilateral e as garantias de reincorporação à vida civil.

No Preâmbulo do texto final do acordo<sup>40</sup>, realizado em 2016, é possível encontrar algumas pistas das diferentes ênfases dadas pelas partes envolvidas, pois o governo enfatiza a necessidade de solucionar os efeitos e a persistência do conflito e, por outro lado, a guerrilha reforça a necessidade de que sejam combatidas as causas históricas (como a questão agrária):

*Reparando* que, na avaliação do Governo Nacional, as transformações que haverá de se alcançar ao implementar o presente Acordo devem contribuir a reverter os efeitos do conflito e a modificar as condições que facilitaram a persistência da violência no território; e que na avaliação das FARC-EP tais transformações devem contribuir para solucionar as causas históricas do conflito, como a questão não resolvida da propriedade sobre a terra e particularmente sua concentração, a exclusão do campesinato e o atraso das comunidades rurais, que afeta especialmente às mulheres, meninas e meninos.<sup>41</sup>

---

38ÁLVAREZ, Jairo Estrada. Elementos para una análisis político de los efectos del Acuerdo de paz y del estado general de la implementación. in: ÁLVAREZ, Jairo Estrada (coord.) *El Acuerdo de paz en Colombia: entre la perfidia y la potencia transformadora*. Buenos Aires: CLACSO; Bogotá: Gentes del común; Bogotá: Centro de Pensamiento y Diálogo Político-CEDIPO, 2019.

39ÁLVAREZ, 2019, p. 24. Tradução nossa. Trecho original: “La posibilidad de la reforma pretendía ser aplazada para la contienda política, sin afectación del poder y la dominación ni del ‘modelo económico’”.

40ACORDO DE PAZ. Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera. Bogotá: Imprenta Nacional de Colombia, 2018.

41ACORDO DE PAZ, 2018, p. 3, tradução nossa. Trecho original: “Reparando que, a juicio del Gobierno Nacional, las transformaciones que habrá de alcanzarse al implementar el presente Acuerdo deben contribuir a revertir los efectos del conflicto y a cambiar las condiciones que han facilitado la persistencia de la violencia en el territorio; y que a juicio de las FARC-EP dichas transformaciones deben contribuir a solucionar las causas históricas del conflicto, como la cuestión no resuelta de la propiedad sobre la tierra y particularmente su concentración, la exclusión del campesinado y el atraso de las comunidades rurales, que afecta especialmente a las mujeres, niñas y niños”.

Também no texto final há um breve relato dos trabalhos realizados em relação à sociedade civil: houve a participação de mais de 3.000 vítimas por meio de fóruns geridos pela Organização das Nações Unidas e pela Universidade Nacional. Para o local das negociações, Havana, 70 vítimas se deslocaram para dar seus depoimentos na *Mesa de Conversaciones*. O acordo ainda relata que a *Mesa* recebeu mais de 17 mil propostas provenientes de cidadãos, dentre eles outras vítimas.

Também fez parte do processo de negociação a elaboração, em 2014, de um grupo de trabalho responsável por produzir um informe sobre as origens, causas, razões da persistência e efeitos do conflito sobre a população. Esse grupo foi a *Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas*, que entregou seu relatório final em 2015.<sup>42</sup> Para a realização deste informe, os relatores (Eduardo Pizarro Leongómez e Víctor Manuel Moncayo Cruz) convidaram doze especialistas para a elaboração, cada um, de reflexões sobre os temas acima mencionados. Ao final, os relatores elaboraram, cada um, um informe a partir das contribuições dos especialistas, marcando as convergências e divergências observadas.

Na introdução do informe, os relatores indicam o que haveria de diferente no trabalho dessa Comissão em relação às anteriores:

Desde 1958 até a organização da Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas (CHCV), por parte da Mesa de Conversación de La Habana, funcionaron en Colombia numerosas comisiones de estudio e investigación sobre el fenómeno de la violencia (doce de carácter nacional e três locais), assim como algunas comisiones extrajudiciales para casos específicos, criadas por decisiones gubernamentales, sem que nenhuma delas tenha tido o carácter de uma Comisión da Verdad. Diferente de todas elas, a CHCV tem como origem um Acuerdo entre os representantes do Gobierno Nacional e os delegados das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup>CHCV. Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia. 2015.

<sup>43</sup>CHCV, 2015, tradução nossa. Trecho original: “Desde 1958 hasta la organización de la Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas (CHCV), por parte de la Mesa de Conversaciones de La Habana, funcionaron en Colombia numerosas comisiones de estudio e investigación sobre el fenómeno de la violencia (doce de carácter nacional y tres locales), así como algunas comisiones extrajudiciales

Posteriormente, os trabalhos dessa comissão serviram de base para a *Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición*, criada após a assinatura da versão final do acordo de paz.

Por fim, após as concessões realizadas de ambos lados, os pontos da agenda foram definidos e compuseram o texto final do acordo, que foi apresentado em 26 de setembro de 2016. O texto foi submetido a um plebiscito nacional para aprovação ou recusa da sociedade. Após campanhas pelo sim e pelo não bastante polarizadas e intensas, o processo de votação foi marcado por um alto índice de abstenção (houve o comparecimento de 37% dos habilitados a votar). Como resultado, venceu a recusa do acordo, com 50,2% dos votos contra 49,7%. Tanto Jaime Estrada Álvarez quanto Medófilo Medina, ao analisarem o processo do plebiscito, enfatizam o papel da oposição histórica dos setores mais conservadores à proposta de saída negociada do conflito, os índices de abstenção e a circulação de notícias falsas<sup>44</sup>. Um dos atores cruciais da campanha de rechaço ao acordo foi o ex-presidente Álvaro Uribe. Alguns pontos do acordo eram mais centrais na construção da recusa, sobretudo a possibilidade de redução de penas, anistias e reintegração de ex-combatentes na vida civil.

Além de endossar a análise de Álvarez e Medina sobre a posição de longa data dos setores conservadores, o historiador Gonzálo Sánchez também compara as condições da guerrilha em 2016 em relação a outros contextos de negociação anteriores.<sup>45</sup> Para Sánchez, nesses outros casos a guerrilha era uma força em expansão e o Estado não alcançava o controle desta por meios militares. No contexto dos diálogos de Havana, esse poderio militar já havia declinado. A reduzida chance de vitória militar reforçava a posição dos mais conservadores e o trabalho de convencimento da população por parte do governo foi um entrave mesmo após a assinatura do acordo:

---

para casos específicos, creadas por decisiones gubernamentales, sin que ninguna de ellas haya tenido el carácter de una Comisión de la Verdad”.

<sup>44</sup>ÁLVAREZ, 2019; MEDINA, Medófilo. El proceso de paz de La Habana en la historia y en la actualidad. in: ALVARADO, S.; GENTILI, P.; RUEDA, E. Paz en Colombia: perspectivas, desafíos, opciones. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

<sup>45</sup>SÁNCHEZ, 2021.

Daí o tremendo paradoxo: esta guerra, para negociá-la, foi necessário organizá-la; reconstruir seus sentidos. Mas esse enorme desafio, tanto para o governo quanto para a guerrilha, de convencer a sociedade de que valia a pena voltar para a mesa de negociações, foi em grande parte infrutífero. Nem mesmo quando já firmados os Acordos de Paz com as FARC foi possível convencer os colombianos de que essa negociação era social e politicamente desejada. Esta paz negociada fez, ao contrário, patente o ódio de boa parte da sociedade em relação às FARC e todas as variantes da insurgência; e visibilizou a rejeição a qualquer acordo, considerado no melhor dos casos como uma claudicação do Estado. A paz desejada não era a negociada, e sim a de vencedores e vencidos.<sup>46</sup>

Por parte dos que defendiam a aprovação do acordo, a defesa de uma paz negociada foi mobilizada por ativistas e intelectuais, além de artistas. Nesse momento, alguns artistas já produziam imagens com o objetivo de documentar as mobilizações a favor do acordo (como o fotógrafo Javier Malagón, que registrou a *Marcha de las Flores*) ou mesmo de realizar ações para envolver a população em um trabalho de memória, como um ato político a favor da aceitação da proposta. Este último caso é bem exemplificado pela obra *Sumando Ausencias*, de Doris Salcedo, realizada na *Plaza de Bolívar* com o auxílio de inúmeros voluntários. A artista propôs a costura de uma grande manta branca recobrindo a praça, na qual constavam gravados nomes de inúmeras vítimas do conflito. A proximidade dessa produção artística com os projetos governamentais e institucionais de Justiça de Transição se intensificou após a assinatura efetiva do acordo, realizada, por fim, após quase dois meses de mobilização social e novas negociações. Algumas questões foram modificadas no texto do acordo e este foi assinado, após aprovação pelo Congresso, em 24 de novembro de 2016, com o nome de *Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera*.

O documento final, publicado posteriormente publicado pela *Imprenta Nacional de Colombia* e pela *Oficina del Alto Comisionado para la Paz* em 2018,

---

46SÁNCHEZ, 2021, tradução nossa. Trecho original: “De allí la tremenda paradoja: a esta guerra, para negociarla, fue necesario organizarla; reconstruirle los sentidos. Pero ese enorme desafío tanto para el gobierno como para la guerrilla de convencer a la sociedad de que valía la pena volver a la mesa de negociaciones, fue en gran parte infructuoso. Ni aún ya firmados los Acuerdos de Paz con las Farc fue posible convencer a los colombianos de que esa negociación era social y políticamente deseable. Esta paz negociada hizo al contrario patente el odio de buena parte de la sociedad hacia las Farc y todas las variantes de la insurgencia; y visibilizó el rechazo a cualquier acuerdo, considerado en el mejor de los casos como una claudicación del Estado. La paz deseada no era la negociada, sino la de vencedores y vencidos”.

apresenta os seis pontos do acordo: 1) *Hacia un nuevo campo colombiano: reforma rural integral*; 2) *Participación política: apertura democrática para construir la paz*; 3) *Fin del conflicto*; 4) *Solución al problema de las drogas ilícitas*; 5) *Acuerdo sobre las víctimas del conflicto*; 6) *Implementación, verificación y refrendación*. Não sendo o objetivo desse artigo uma análise minuciosa de todas as propostas do acordo, será apresentado na sequência um breve resumo de cada ponto, ressaltando apenas algumas das propostas acordadas.

O primeiro ponto, *Hacia un nuevo campo colombiano: reforma rural integral*, parte da compreensão de que a questão agrária é central nas origens e desdobramentos do conflito. Além de medidas que visam o desenvolvimento integral do campo, o texto dá ênfase nos territórios mais vulneráveis e nas necessidades da população das zonas rurais. Em termos de atenção às vítimas da violência no campo, o acordo prevê o reestabelecimento dos direitos daqueles despejados e forçados ao deslocamento, a legalização da posse de terras e algumas medidas para facilitar a distribuição de terras pelos mais vulneráveis. Na sequência, o tema da *Participación política: apertura democrática para construir la paz* é abordado pelas propostas de promoção da participação de novas forças políticas, garantia de maior pluralidade, transparência nos processos eleitorais e ampliação da representação no Congresso dos territórios mais afetados pelo conflito. Também trata das condições de conversão das organizações armadas em partidos políticos ou movimentos na legalidade. Ao analisar este ponto, Jairo Estrada Álvarez valoriza o fato de que o texto considera a democratização política para além da participação eleitoral e garantias de segurança, já que está enfatizado o reconhecimento de outras formas de organização política, não apenas partidos políticos, que disputam espaços de poder ou demandam a construção de um poder social próprio.<sup>47</sup>

O terceiro ponto, chamado *Fin del conflicto*, abarca os termos dos acordos de cessar fogo e deposição das armas. Também é o ponto que estabelece processos para contribuir com a reincorporação dos ex-combatentes na vida civil nos níveis econômico, social e político. Esse ponto, em concordância com o anterior, prevê medidas que possam garantir a transformação das FARC-EP em um partido político ou movimento legal. Em particular, a seção *Dejación de Armas* é relevante para a questão discutida nesse artigo, pois é nesse momento que o texto do acordo prevê a construção de monumentos a partir das armas depositadas pelas FARC-EP. No artigo 3.1.7 aparece a descrição da proposta:

---

<sup>47</sup>ÁLVAREZ, 2019.

Consiste em um procedimento técnico, rastreável e verificável mediante o qual a ONU recebe a totalidade do armamento das FARC-EP para destiná-lo à construção de 3 monumentos, acordados entre o Governo Nacional e as FARC-EP.

[...]

Disposição final do armamento: Se entende como o procedimento técnico mediante o qual as armas das FARC-EP se destinam para a construção de 3 monumentos, assim: um na sede das Nações Unidas, outro na República de Cuba e outro em território colombiano, em lugar que determine a organização política surgida da transformação das FARC-EP, em acordo com o Governo Nacional.<sup>48</sup>

Dois desses monumentos foram concretizados. Em Bogotá, a artista colombiana Doris Salcedo construiu o *Espacio de Arte y Memoria Fragmentos*, em 2018. O espaço tem como proposta abrigar exposições artísticas sobre o tema da violência, oficinas, conferências e outras atividades que possam contribuir para a realização de diálogos sobre a história e memória do conflito. Para a execução da obra, Salcedo convidou um grupo de mulheres vítimas de violência sexual no âmbito do conflito para que elas contribuíssem na construção do piso do espaço a partir do aço resultante do derretimento das armas da guerrilha. Essas mulheres trabalharam nos moldes e também contribuíram com seus relatos no documentário produzido para a obra.<sup>49</sup> Merece destaque a escolha da artista de trabalhar com mulheres, visto que a questão de gênero está enfatizada em diversos pontos do acordo.

O outro monumento, que está na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, foi realizado pelo chileno Mario Opazo. A obra, uma escultura denominada *Kusikawsay* (“vida nova e venturosa”, em quéchua), enfatiza a sabedoria dos povos indígenas na forma, segundo o autor, de uma canoa para o futuro. O terceiro monumento, que deveria ser instalado em Havana, ainda não foi realizado.

---

48ACORDO DE PAZ, 2018, p. 66-67. Tradução nossa. Trecho original: “Consiste en un procedimiento técnico, trazable y verificable mediante el cual la ONU recibe la totalidad del armamento de las FARC-EP para destinarlo a la construcción de 3 monumentos, acordados entre el Gobierno Nacional y las FARC-EP [...] Disposición final del armamento: Se entiende como el procedimiento técnico mediante el cual las armas de las FARC-EP se destinan para la construcción de 3 monumentos, así: uno en la sede de las Naciones Unidas, otro en la República de Cuba y otro en territorio colombiano en el lugar que determine la organización política surgida de la transformación de las FARC-EP, en acuerdo con el Gobierno Nacional”.

49FRAGMENTOS [documentário]. Direção executiva: Doris Salcedo. Direção e roteiro: Mayle Carrasco. Museo Nacional de Colombia, 2020 (23min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d7rAb2OoJV8&t=810s>.

O quarto ponto do acordo se chama *Solución al problema de las drogas ilícitas* e reconhece a centralidade da questão nos desdobramentos do conflito. Diferenciando consumo, cultivo e o crime organizado, propõe soluções diferentes para cada questão. Merece destaque a compreensão de que, em termos das redes de narcotráfico, o problema é transnacional e é necessária a construção de um esforço internacional conjugado. Na sequência, o ponto *Acuerdo sobre las víctimas del conflicto*, expressa a ênfase no reconhecimento, reparação, proteção e participação das vítimas. É também o ponto em que se discute a busca por reconhecimento de responsabilidades por parte daqueles que cometeram crimes e propõe mecanismos para promover esclarecimento dos acontecimentos. Para atingir essas finalidades, o acordo prevê a criação do *Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición*. Esse sistema abarca, dentre outros mecanismos, a *Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición*, mecanismo extrajudicial que será comentado no tópico seguinte, e a *Jurisdicción Especial para la Paz* (JEP), com o objetivo de julgar os delitos relacionados ao conflito, garantindo a plena segurança jurídica a todos que participaram deste de forma direta ou indireta. O documento declara a importância dos processos de justiça especial para a contribuição com a construção de memória e história:

Neste novo cenário será possível contribuir para a construção e preservação da memória histórica e alcançar um entendimento amplo das múltiplas dimensões da verdade do conflito, incluindo a dimensão histórica, de tal forma que não só se satisfaça o direito à verdade, mas também se contribua a assentar as bases da convivência, da reconciliação e da não repetição.<sup>50</sup>

Por fim, o último ponto, *Implementación, verificación y refrendación*, prevê não apenas os mecanismos de implementação e acompanhamento das diversas questões acordadas, mas também o reconhecimento das diversas iniciativas das comunidades colombianas de construção de paz. É neste ponto que é incluído um Capítulo Étnico, reconhecendo o papel de diversos grupos ao longo das décadas no esforço de construção de paz, além de observar que as

---

<sup>50</sup>ACORDO DE PAZ, 2018, p. 130, tradução nossa. Trecho original: “En este nuevo escenario será posible aportar a la construcción y preservación de la memoria histórica y lograr un entendimiento amplio de las múltiples dimensiones de la verdad del conflicto, incluyendo la dimensión histórica, de tal forma que no sólo se satisfaga el derecho a la verdad sino que también se contribuya a sentar las bases de la convivencia, la reconciliación, y la no repetición”.

violências sofridas por diferentes grupos indígenas e afrocolombianos decorre não apenas do conflito, mas do colonialismo, escravidão e destituição de terras, territórios e recursos.

No ano seguinte à assinatura do acordo, surgiu o partido *Fuerza Alternativa Revolucionaria del Comun*, transição à legalidade dos ex-combatentes da FARC-EP na forma de organização política, que posteriormente, em 2021, passou a ser chamar apenas *Comunes*. Além disso, foi também no ano seguinte que foi criada a *Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición*, sobre a qual trata o tópico seguinte.

## A Comissão da Verdade colombiana

A *Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición* foi criada em 2017 com o objetivo de esclarecer as violações e infrações ocorridas no conflito, como um mecanismo de caráter temporal e extrajudicial, parte do *Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición*. O texto do acordo caracterizava as funções da comissão:

Será um órgão temporal e de caráter extrajudicial, que busca conhecer a Verdade do ocorrido e contribuir ao esclarecimento das violações e infrações e oferecer uma explicação ampla a toda a sociedade da complexidade do conflito; promover o reconhecimento das vítimas e das responsabilidades de quem participou direta e indiretamente no conflito armado; e promover a convivência nos territórios para garantir a não repetição.<sup>51</sup>

Em relação aos objetivos da Comissão, o acordo marca três como fundamentais: o esclarecimento dos acontecimentos, o reconhecimento das vítimas e a promoção de convivência nos territórios. Devido ao caráter extrajudicial da Comissão, o acordo explicita que as atividades não poderão implicar em pe-

---

<sup>51</sup>ACORDO DE PAZ, 2018, p. 129, tradução nossa. Trecho original: “Será un órgano temporal y de carácter extra-judicial, que busca conocer la Verdad de lo ocurrido y contribuir al esclarecimiento de las violaciones e infracciones y ofrecer una explicación amplia a toda la sociedad de la complejidad del conflicto; promover el reconocimiento de las víctimas y de las responsabilidades de quienes participaron directa e indirectamente en el conflicto armado; y promover la convivencia en los territorios para garantizar la no repetición”.



nalidades para aqueles que compareçam aos trabalhos. Tampouco as informações coletadas ou produzidas podem ser encaminhada às autoridades jurídicas, ou solicitada por elas, para atribuição de responsabilidades ou utilizadas como prova de processos judiciais.

O acordo determina a publicação de um Informe Final com as conclusões e recomendações da Comissão. Essa publicação deveria ser realizada por difusão ampla e acessível, acompanhada por iniciativas culturais e educativas. Aqui observamos novamente um diálogo com a produção visual e artística, não apenas dos artistas reconhecidos no campo das artes plásticas, mas também pelo incentivo a que as comunidades produzissem trabalhos, relatos visuais e uma diversidade de formas de reflexões estéticas sobre o conflito. Desta forma, as estratégias estéticas de reflexão sobre o conflito deixam de ser uma prática pensada apenas nos circuitos tradicionais de arte, ou mesmo elaboradas por iniciativas autônomas das comunidades, mas são incorporadas também como estratégias de memória e construção de paz reconhecidas em sua importância pelas instituições oficiais.

Em julho de 2022, o material do Informe Final foi publicado, acompanhado por uma série de projetos, dentre eles um site interativo, no qual é possível acessar uma seleção dos diversos projetos culturais e artísticos realizados pela Comissão com artistas e diferentes comunidades<sup>52</sup>. O texto de apresentação dessa seção, chamada *Activaciones artísticas y culturales*, apresenta o objetivo desses projetos: além de representar a experiência e as memórias da violência da sociedade, buscam também recompor laços e vínculos por meio das atividades coletivas. Nessa justificativa, as formas artísticas são caracterizadas como formas de pensamento e ação e, “talvez, tem sido a ferramenta mais poderosa para tecer pontes de diálogo e fazer crescer novas esperanças”<sup>53</sup>. É possível seguir dois caminhos para acessar o material no site, por um critério formal (as categorias são: audiovisual, gráfica, multiformato, sonora e acontecimento), ou por eixos temáticos, assim organizados:

a importância de posicionar a verdade; a necessidade de revisar a história e trazê-la para o nosso presente para acessar essa verdade; realizar-nos a pergunta sobre como recordar o passado doloroso e ressituar o valor dos povos

---

<sup>52</sup>COMISIÓN DE LA VERDAD. “Activaciones Artísticas y culturales”, 2022. Disponível em: <https://www.comisiondelaverdad.co/activaciones-artisticas-y-culturales> (acesso: 28/01/2025).

<sup>53</sup>COMISIÓN DE LA VERDAD, 2022, tradução nossa. Trecho original: “La creación artística se ha revelado como una forma de pensamiento y acción; quizás, ha sido la herramienta más poderosa para tejer puentes de diálogo y hacer crecer nuevas esperanzas”.

étnicos e seus saberes culturais. Igualmente, incluem os conceitos de território e raízes para compreender nossa diversidade cultural, a infância e a guerra, a resistência e a busca de caminhos para sanar, compreender e ressignificar a dor.<sup>54</sup>

Dentre os inúmeros projetos que podem ser visitados no site, nas mais variadas linguagens artísticas, gostaríamos de destacar quatro, todos relacionados à produção visual, que permitem entrever esse esforço de reelaboração das imagens do conflito, por meio de atividades que valorizam a arte colombiana e o trabalho de convivência das comunidades. O primeiro é o projeto *Nombrar lo Innombrable: conversaciones sobre arte y verdad*, que consistiu na produção de uma série documental a partir de 28 entrevistas realizados pelos comissionados com artistas de diferentes áreas. Feitas entre 2020 e 2021, as entrevistas buscavam compreender como a produção desses artistas promovia reflexões sobre múltiplos aspectos do conflito. Se esse projeto dialogou com a produção de artistas renomados como os já mencionados neste artigo, Doris Salcedo e Juan Manuel Echavarría, outros projetos promoveram a produção de obras de arte como forma de trabalho de memória por parte da população. Um exemplo é o projeto *Lienzos de la Memoria*, em que indígenas das etnias hitnü e e'ñepá realizaram treze pinturas de retratos de vítimas do conflito de suas comunidades, acompanhadas por testemunhos dessas histórias. Outros dois projetos que mostram a variedade de propostas são: *Historias de adultos narradas por niños*, em que crianças receberam a tarefa de realizar gravuras a partir de memórias do conflito narradas por adultos, e *Juntanza gráfica por la verdad*, em que diversas organizações se uniram para realizar um material gráfico, difundido no espaço público de diversas cidades, com o propósito de disseminar os legados dos trabalhos da Comissão.

Esses exemplos são apenas alguns de um intenso esforço de trabalho com as dimensões da elaboração visual e estética nos processos de construção de paz ligados aos mecanismos recentes de Justiça de Transição na Colômbia. Além

---

<sup>54</sup>COMISIÓN, 2022, tradução nossa. Trecho original: “Las obras y proyectos culturales aquí contenidos abarcan temas transversales como la importancia de posicionar la verdad; la necesidad de revisar la historia y traerla a nuestro presente para acceder a esa verdad; hacernos la pregunta sobre cómo recordar el pasado doloroso, y resituar el valor de los pueblos étnicos y sus saberes culturales. De igual forma, incluyen los conceptos de territorios y arraigo para comprender nuestra diversidad cultural, la infancia y la guerra, la resistencia y la búsqueda de caminos para sanar, comprender y ressignificar el dolor”.

de significar uma transformação no repertório de estratégias em relação às iniciativas anteriores que visavam elaborar uma saída para o conflito, essas práticas também contribuíram para uma reelaboração da imagem da história e memória do conflito, quebrando uma prática de disseminação de imagens espetacularizadas e violentas. Esse trabalho ainda está em andamento, devido ao fato de que o país ainda se encontra em um processo de consolidação de muitas dessas políticas. As diferentes forças políticas seguem em disputa em torno dos legados desse processo. É preciso ressaltar que o governo seguinte ao de Juan Manuel Santos, o de Iván Duque, representou entraves para o desenvolvimento dessas políticas. Álvarez escreve que as disputas seguem em torno da implementação (ou da tentativa de não implementação) dos pontos acordados, como uma forma de continuidade do conflito, representando em muitos casos “resistências sistêmicas”.<sup>55</sup> De todo modo, um dos legados desse trabalho foi a renovação das possibilidades de caminhos para a construção de paz, dentre os quais recebeu um lugar de destaque a dimensão estética e artística. Essa dimensão também contribui com a inovação das formas de acesso aos resultados do processo de construção de paz, ampliando os diálogos com a sociedade e também suas funções educativas.

## Referências

ACORDO DE PAZ. Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera. Bogotá: Imprenta Nacional de Colombia, 2018.

AGUDELO, Marvin; BEDOYA, Francisco. Justicia transicional: noción de la justicia en la transición colombiana. *Opinión Jurídica*, Medellín, vol. 16, n. 32, p. 245-266, jul-dez 2017.

ÁLVAREZ, Jairo Estrada. Elementos para una análisis político de los efectos del Acuerdo de paz y del estado general de la implementación. in: ÁLVAREZ, Jairo Estrada (coord.) *El Acuerdo de paz en Colombia: entre la perfidia y la potencia transformadora*. Buenos Aires: CLACSO; Bogotá: Gentes del común; Bogotá: Centro de Pensamiento y Diálogo Político-CEDIPO, 2019.

---

<sup>55</sup>ÁLVAREZ, 2019.

APONTE-CARDONA, Alejandro. Colombia: un caso sui generis en el marco de la Justicia de Transición. *Law: Revista Colombiana de Derecho Internacional*. Bogotá, nº 12, p. 395-433, 2008.

ARAUJO, Maria Paula. Colômbia: memórias femininas de uma longa guerra. In: ARAUJO, M. P.; ARAUJO, R.; PIMENTEL, I. (orgs.). *História Política da América do Sul nos séculos XX e XXI*. Rio de Janeiro: Autografia, 2024.

BERRÍO, María Jimena. Los embates por la paz: historia de los diálogos de paz durante el gobierno de Belisario Betancur con los grupos guerrilleros, Colombia. *Forum. Revista Departamento Ciencia Política*. n.10-11, jun. 2017.

BLEJMAR, J.; FORTUNY, N.; GARCÍA, L.I. *Instantáneas de la memoria: fotografía y dictadura en Argentina y America Latina*. Buenos Aires: Librería, 2013.

BORDA, Orlando Fals; CAMPOS, Germán Guzmán; LUNA, Eduardo Umaña. *La Violencia en Colombia – Estudio de un proceso social*. Bogotá: Ediciones Tercer Mundo, 1962.

CHCV. *Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia*. 2015.

CNMH. *¡Basta ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad*. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

CNMH. *El caso de la Asamblea del Valle: tragedia y reconciliación*. Bogotá: CNMH, 2018.

COMISIÓN DE LA VERDAD: “Activaciones artísticas y culturales”, 2022. Disponible en: <https://www.comisiondelaverdad.co/activaciones-artisticas-y-culturales> (acceso: 28/01/2025).

ECHAVARRÍA, Juan Manuel. *Juan Manuel Echavarría en Nombrar lo in-nombrable: conversaciones sobre arte y verdad*. Comisión de la Verdad, 2020 (59min).

FRAGMENTOS [documentário]. Direção executiva: Doris Salcedo. Direção e roteiro: Mayle Carrasco. Museo Nacional de Colombia, 2020 (23min). Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=d7rAb2OoJV8&t=810s>.

GALLEGO, Jorge Aníbal Gómez; PINILLA, Nilson Pinilla; VERGARA, José Roberto Herrera. *Informe final de la Comisión de la Verdad sobre los*

hechos del Palacio de Justicia. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2010.

MALAGÓN-KURKA, María Margarita. Dos lenguajes contrastantes en el arte colombiano: nueva figuración e indexicalidad, en el contexto de la problemática sociopolítica de las décadas de 1960 y 1980. *Revista de Estudios Sociales*, v. 31, dez. 2008.

MEDINA, Medófilo. El proceso de paz de La Habana en la historia y en la actualidad. in: ALVARADO, S.; GENTILI, P.; RUEDA, E. *Paz en Colombia: perspectivas, desafíos, opciones*. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

PÉCAUT, Daniel. Las FARC: fuentes de su longevidad y de la conservación de su cohesión. *Análisis Político*. vol. 21, n. 63, 2008.

SAFFON, María Paula; URPIMNY, Rodrigo. Usos y abusos de la Justicia Transicional en Colombia. *Anuario de Derechos Humanos*, p. 165-195, 2008.

SÁNCHEZ, Gonzalo. *Caminos de guerra, utopías de paz (Colombia: 1948-2020)*. Bogotá: Editorial Planeta Colombiana, 2021.

SCHUSTER, Sven. Arte y violencia: la obra de Débora Arango como lugar de memoria. *Revista de Estudios Colombianos*, n. 37-38, p. 35-40. 2011.

VILLAMIZAR, Darío. *Las Guerrillas en Colombia: una historia desde los orígenes hasta los confines*. Bogotá: Penguin Random House Grupo Editorial, 2017.

VILLAMIZAR, Juan Carlos. Elementos para periodizar la violencia en Colombia: dimensiones causales e interpretaciones historiográficas. *Ciencia política*, 13 (25), p. 173-198, 2018.

Recebido em 30 de janeiro de 2025  
Aprovado em 08 de abril de 2025